

Relevância Histórica do Semanário Oitocentista — *Echo Macaense*

LURDES ESCALEIRA*, JORGE BRUXO**

RESUMO: O semanário *Echo Macaense* foi publicado em Macau, na parte final da era de oitocentos, com conteúdos políticos, noticiosos e literários de importância muito relevante para o estudo das histórias de Macau, China e Portugal do século XIX, especialmente da última década. O fundador, proprietário e director deste primeiro jornal bilingue, português e chinês, foi o macaense Francisco Hermenegildo Fernandes, o qual assumiu de forma explícita o seu objectivo de chegar a uma audiência mais ampla e daí o investir numa publicação bilingue para chegar aos leitores portugueses e chineses. O proprietário do *Echo Macaense* era amigo e apoiante de Sun Yat-sen, o fundador da República da China, que se serviu deste jornal para divulgar as suas ideias revolucionárias. O presente artigo visa dar a conhecer alguns dos aspectos principais da história deste meio de comunicação social, relevando alguns dos seus conteúdos, nomeadamente os atinentes às suas relações com os outros jornais portugueses de Macau publicados no mesmo período histórico e com os poderes instituídos, bem como o respectivo enquadramento social, cultural e ideológico, precedido de um pequeno apontamento biográfico sobre o fundador, as ideologias que nessa época se procuravam afirmar e o momento histórico que então se vivia na China, em Portugal e em Macau. O estudo permite-nos concluir que o *Echo Macaense* se constitui como um objecto de estudo essencial para compreender a história de Macau daquela época, bem como o contexto sociopolítico da China e de Portugal, no que concerne à sua influência na vida da sociedade de Macau.

PALAVRAS-CHAVE: *Echo Macaense*; Liberalismo; Bilinguismo; Macau; China; Timor.

(...) *quão útil é este jornal aos estudiosos da história de Macau.*

Padre Manuel Teixeira¹

* Lurdes Escaleira é doutorada em Didáctica de Línguas pela Universidade do Porto. Actualmente, é professora na Universidade Politécnica de Macau.

Lurdes Escaleira holds a Ph.D. in Didactics of Languages from the University of Porto. She is currently a professor in the Macao Polytechnic University.

** Jorge Bruxo é mestre em Língua e Cultura Portuguesa pela Universidade de Macau. Actualmente, é professor aposentado da Universidade Politécnica de Macau.

Jorge Bruxo received his M.A. in Portuguese Language and Culture from the University of Macau. Currently he is a retired professor in the Macao Polytechnic University.

INTRODUÇÃO

A imprensa periódica em Macau, como no restante ultramar português, apenas surgiu com a implantação em Portugal do liberalismo e aprovação, pelas Cortes Constituintes, da lei relativa à liberdade de imprensa, posteriormente integrada na Constituição portuguesa de 1822, deixando ainda estabelecida a censura religiosa nas mãos das autoridades eclesiais católicas em matérias relativas à moral e ao dogma. Foi neste novo enquadramento político-jurídico, mantido pela Carta Constitucional de 1826, que surgiu em Macau, no dia 12 de Setembro de 1822, o primeiro jornal aí editado com o curioso título *A Abelha da China*, assumindo-se esta publicação como arauto do liberalismo e crítico do absolutismo.

O *Echo Macaense*, a seguir apenas designado por *Echo*, surgiu em 1893 (o primeiro número é de 18 de Julho de 1893) e tem uma publicação quase regular até 1899 (nº. 235 — o último número publicado em 17 de Setembro de 1899), tendo ao longo da sua existência três subtítulos: (1) *Semanário Luso-Chinês* (25 de Julho de 1893); (2) *Jornal Político, Literário e Noticioso* (18 de Julho de 1894); e (3) *Semanário Político, Noticioso e Literário* (26 de Abril de 1896). Durante este lapso de tempo, a publicação apenas foi interrompida entre 6 de Novembro de 1895 e 2 de Fevereiro de 1896.

O *Echo* distinguiu-se dos anteriores jornais por se apresentar numa edição bilingue, o que, só por si, constituía uma importante inovação na sociedade macaense. Depois, como bem se vê pelos subtítulos, é acentuada a sua vertente política. E, como adiante melhor veremos reflecte-se também nos conteúdos deste semanário o que de mais importante se passava nas várias comunidades em Macau, em Portugal, na China e em algumas colónias portuguesas, especialmente Timor. E temos notícia de que o jornal era regularmente lido em muito distantes localidades onde viviam os macaenses, tais como

Hong Kong, Guangzhou, Shiqi, Fuzhou, Xiamen, Timor, Singapura, São Francisco, Lisboa e Coimbra.

O *Echo* afirmou-se como um espaço público de debate e polémica com outros jornais, os seus contemporâneos e conterrâneos, tendo tentado fazer convergir, no mesmo periódico, os interesses das várias comunidades de Macau, lutar por aquilo que entendia ser a verdade e promover a linha ideológica do liberalismo e até de um certo republicanismo, quando tanto a China como Portugal eram monarquias, ainda que absoluta no primeiro caso e demo-liberal no segundo.

O *Echo* tem ainda hoje um papel muito relevante como fonte histórica indispensável ao estudo não só da história de Macau, mas também da China, de Portugal e até de Timor, especialmente no que toca ao século XIX. A este propósito não podemos esquecer que o Governo de Macau dependia de Lisboa, que o Dr. Sun Yat-sen teve muita proximidade a este hebdomadário e ao seu fundador e que Timor teve sempre um estreito relacionamento com Macau, tanto no domínio mercantil como governativo. Tudo isto será adiante esmiuçado, dentro dos estreitos limites do presente artigo.

Pelo que se constata é óbvia a relevância do jornal O *Echo Macaense* para o trabalho dos historiadores, pelo que o presente artigo se limita a sublinhar alguns dos aspectos mais relevantes, procurando incentivar os estudiosos a aproveitarem os muitos e preciosos dados que podem ser obtidos a partir da exploração dos escritos nos vários números deste jornal publicados durante cerca de seis anos e que constituem um excelente repositório documental.

O FUNDADOR DO JORNAL

Francisco Hermenegildo Fernandes (FHF), que fundou e dirigiu o *Echo Macaense*, nasceu em Macau no dia 13 de Fevereiro de 1863, filho de Nicolau Tolentino Fernandes e de Dona Maria

ESTUDOS DA IMPRENSA PERIÓDICA

Isabel, uma senhora chinesa, que professava a fé cristã. A família de Nicolau já vivia em Macau há várias gerações, residindo na Rua da Praia do Manduco, Freguesia de São Lourenço.

Quase nada se sabe sobre a juventude de FHF, mas é natural que tenha estudado em Macau e talvez também em Hong Kong e que tenha coadjuvado o pai na Tipografia Mercantil, propriedade deste, e muito reputada oficina gráfica pela elevada qualidade dos seus trabalhos, reconhecidos ao tempo com excelente categoria gráfica em exposição realizada nos Estados Unidos da América. Nessa oficina gráfica, fundada em 1855, se imprimiram vários jornais e inclusive o próprio *Boletim Oficial* de Macau.

FHF era um verdadeiro poliglota, dominando a língua portuguesa, inglesa e chinesa (mandarim e cantonense) e ainda alguns dialectos chineses. Certamente por isso nos surge em Hong Kong, nos anos de 1886 e 1887, primeiro como oficial de diligências e depois como intérprete do Supremo Tribunal, tendo o serviço aí prestado sido objecto de público louvor dado pelos seus superiores. É nessa qualidade de funcionário judicial que conhece Sun Yat-sen,² o qual estudava medicina em Hong Kong e se começava a envolver em actividades subversivas que o conduziram à barra dos tribunais. FHF também colaborou como jornalista no hebdomadário *Extremo Oriente*, um jornal de língua portuguesa que então se publicava aos sábados em Hong Kong, o que acontecia devido ao grande número de macaenses que para aí tinham imigrado e que rondaria por pouco menos de metade dos macaenses então residentes na sua cidade natal.

FHF mantém-se fiel amigo de Sun Yat-sen, contribuindo para o forte apoio que este líder recebeu nos tempos em que viveu e exerceu medicina em Macau, sendo este apoio dado principalmente pela família de Lou Lim Ioc, por Yang Heling, por FHF e pelo influente advogado António Joaquim Bastos, que também era jornalista, figura importante

do Partido Regenerador,³ Cônsul da França e presidente da Santa Casa da Misericórdia de Macau. E é também nesta qualidade que dá importante suporte⁴ ao que viria a ser o primeiro Presidente da República da China para propagandear as ideias que poucos anos depois eclodiram na Revolução Xinhai.

Em 1887, voltou a Macau, tendo integrado a equipa redactorial de *O Independente*, jornal político, noticioso e comercial, propriedade de Constâncio José da Silva e, posteriormente, do jornal *A Liberdade*.

Em 1893 fundou o jornal *Echo Macaense*, de que foi proprietário e responsável, excepto no período de 26 de Abril de 1896 a 11 de Abril de 1897, em que foi afastado dessas funções por força do artigo 2.º da Lei de Imprensa para o Ultramar, aprovada pelo Decreto de 27 de Dezembro de 1895. Mas recuperou a anterior posição e nela se manteve até 17 de Setembro de 1899, quando foi editado o último número do jornal e logo depois encerrado na sequência de um veredicto judicial em que ele foi condenado por calúnia.⁵ Sobre esta questão, o Padre Manuel Teixeira escreveu o seguinte, e depois disso, o *Echo* nunca mais voltou a reabrir:

*No Echo Macaense apareceu um artigo estigmatizando factos desairosos que ocorreram na secretaria do governo no tempo do Governador Galhardo; este não era alvejado. Mas o Delegado do Procurador da Coroa quis ver nesse artigo uma frase injuriosa ao Governador e processou-o; o juiz Magalhães aplicou ao redactor e editor penas excessivas. Estes recorreram para Goa e foram absolvidos; mas temendo novos processos, suspenderam o Macaense, ficando assim Macau sem jornais portugueses.*⁶

Apesar do ocorrido, FHF prosseguiu as suas actividades jornalísticas, tendo em 1913 fundado



Fig. 1: Francisco Hermenegildo Fernandes e Sun Yat-sen numa fotografia de grupo. À direita na primeira linha, sentado, Francisco H. Fernandes e ao centro da foto, Sun Yat-sen. Fonte: Arquivo de Macau, MO/AM/FOTO/1/295.

um novo jornal, escrito apenas em chinês — 澳門通報 *Aomen Tongbao* (diário chinês de Macau).

Em 1909, já com 56 anos, após concurso público em que ficou em primeiro lugar, ingressou na Repartição dos Assuntos Sínicos, com a categoria de língua, ou seja tradutor-intérprete. FHF desempenhou ainda os cargos de Vereador do Leal Senado e de Juiz de Paz. Faleceu em Macau a 5 de Março de 1923 tendo sido sepultado no Cemitério de São Miguel.

HONG KONG, CHINA, PORTUGAL E MACAU

Para entendermos a importância de um qualquer meio de comunicação social devemos enquadrá-lo no meio social em que se insere e saber das suas fontes e dos principais destinatários das suas mensagens, isto é, o seu público alvo. E não podemos neste caso ignorar que em Macau se repercutiam os efeitos das principais ocorrências de natureza económica, política e social então verificadas quer na vizinha China, quer no distante Portugal e em Hong Kong. Vamos ater-nos apenas aos factos mais relevantes da segunda metade do século XIX, e em especial à última década.

Nos primórdios da sua instalação em Hong Kong em 1842, os ingleses beneficiaram muito

com a imigração de macaenses, porque estavam já adaptados ao meio físico e social e habilitados a serem ponte entre os britânicos que apenas falavam inglês e os nativos que apenas se exprimiam em cantonense e noutros dialectos chineses. E dada a proximidade geográfica tudo o que se passava em Hong Kong tinha naturalmente repercussões em Macau e também a influência inversa era verdadeira.

A China vivia então em grande instabilidade política, social e económica. A Dinastia Qing era fortemente contestada pelos seus súbditos e as potências ocidentais, acompanhadas pelo Japão, procuravam retalhar o País do Meio (China) para melhor o explorarem economicamente em seu benefício. Como principais factos históricos geradores da situação referida sublinhamos os seguintes: Guerra Sino-Japonesa em 1895, Peste Bubónica, que a partir do Sul da China alastrou a Hong Kong e a Macau, no período de 1895 a 1898, e a Guerra dos Boxers de 1898 a 1901.

Em Portugal vivia-se no período do liberalismo monárquico, com amplo debate sobre a manutenção ou alienação de algumas colónias, especialmente daquelas que eram consideradas ser apenas fontes de despesa, chegando a França a propôr a troca de Macau por território africano no Congo. Em oposição renascia um certo sentido de afirmação nacional, ultramarina e patriótica, como reacção ao humilhante Ultimato Britânico de 1890, que levou de vencida, a favor de Inglaterra, a questão do Mapa-Cor-de-Rosa relativa ao domínio de territórios entre as costas ocidental e oriental do meridiano do continente africano.

A liberdade da imprensa ficou consagrada na Constituição de 1822 e foi mantida na Carta Constitucional que lhe seguiu em 1826 e se manteve como lei fundamental do reino de Portugal, sobretudo entre 1842 e 1910. Fruto deste novo quadro constitucional e dos progressos da impressão tipográfica, nasceu em Macau uma onda



Fig. 2: *As Cortes Constituintes de 1821*, Veloso Salgado, 1920. Fonte: Assembleia da República Portuguesa.

de periódicos, cujo primeiro título foi *A Abelha da China*, em 12 de Setembro de 1822. No entanto anote-se que em Portugal esta liberdade de imprensa foi por vezes condicionada, como por exemplo no caso da denominada ‘Lei da Rolha’ de Costa Cabral. E como escreveu o Padre Manuel Teixeira: ‘[só] em 1886 é que foi promulgada a mais liberal de todas as leis portuguesas relativas à imprensa’.⁷

Em Macau verificam-se os reflexos das lutas pelo poder em Portugal, com dois partidos políticos a alternarem-se no governo português e um novo partido republicano em emergência, o que se reflectiu muito em Macau profundas e graves clivagens, não apenas políticas, mas também religiosas e sociais. E por outro lado a criação da Província de Macau, Solor e Timor (1844–1896) com o Governador provincial sediado em Macau foi uma solução que não se revelou positiva, qualquer que seja a perspectiva por que seja encarada. Mas foi um período de desenvolvimento escolar, nomeadamente com a criação de um liceu e de uma biblioteca nacional. As relações com a China ficaram encrespadas sobretudo no tempo do governo de Ferreira do Amaral (1845–1849) em que se reforçou a soberania portuguesa sobre o território de Macau, terminando aí o período de ‘dupla jurisdição’. Aliás, Macau vivia também a questão da emigração dos cules e uma forte crise económica determinante de movimentos migratórios de macaenses que beneficiou sobretudo Hong Kong, cujo desenvolvimento e enriquecimento teve reflexo directo na estagnação e empobrecimento de Macau.

Sob outra perspectiva, a influência missionária portuguesa, a partir de Macau, foi muito reduzida, tanto por causas internas como externas,

nomeadamente por imposições do Vaticano, como as resultantes da Concordata de 1857 e da Bula *Universis Orbis* de 1874.

Durante o lapso de tempo em que foi publicado o *Echo Macaense* foram governadores de Macau Custódio Miguel de Borja (1890–1894), José Maria de Sousa Horta e Costa (1894–1897) e Eduardo Rodrigues Galhardo (1897–1900).

ESTATUTO EDITORIAL

O título escolhido já comportava, em si mesmo, uma mensagem. A palavra portuguesa ‘eco’ tem origem remota na aglutinação das palavras gregas *oikos* (comunidade, família) e *sofia* (sabedoria, conhecimento) e por sua vez o seu significado actual é a repetição de um som. O título escolhido significava por isso a repetição de notícias em dois sentidos: ‘de’ e ‘para’ as comunidades macaenses. E por isso, não foi por mero acaso que esta palavra foi incluída no título de vários jornais publicados por macaenses, em diferentes locais. É o caso por exemplo de Hong Kong onde foram publicados os jornais, em português, *Echo do Povo*, no período de 1858–1869, *Echo da China*, nos anos de 1884–1885 e a revista *Ecos da Missão de Shiu-Hing*, desde 1925 a 1938. Esta revista ainda prosseguiu com edições primeiro em Xangai e depois em Macau. E, em Macau, publicaram-se o *Echo do Povo*, entre 1919 e 1924, e nos anos de 1931 e 1932 foram editados 54 números com o título *Echo Macaense*.

O *Echo Macaense* foi publicado em Macau de 18 Julho de 1893 a 17 de Setembro de 1899, com um hiato no período de 6 de Novembro de 1895 a 2 de Fevereiro de 1896. Foram publicados

235 números, 121 no primeiro período e 114 no segundo, impressos a quatro colunas.

Logo na primeira página do primeiro número, publicado em 18 de Julho de 1893, sob o título ‘*O Echo Macaense*’,⁸ o semanário criado por FHF inicia a sua apresentação e definição do seu estatuto editorial, ou seja, da sua orientação e objectivos, nomeadamente nos extractos que a seguir transcrevemos. Neste primeiro exemplar também saúda os demais jornais então publicados em Macau:

*Numa pequena nesga de terra como é este recanto do mundo chamado Macau a imprensa periódica conta hoje nada menos que três órgãos qual deles o mais distinto na profundidade das concepções e na beleza da sua manifestação, qual deles mais característico na sua orientação e peculiar na sua tendência.*⁹

As orientações e objectivos do jornal estão a seguir assinalados, sendo o primeiro o bilinguismo português-chinês, como claramente se identifica na redacção do seguinte parágrafo: ‘A esfera especial que escolhemos principalmente para a nossa acção jornalística está bem claramente indicada pela designação de semanário luso-chinês que vai no alto desta página. Até agora os jornais de Macau têm sido publicados só em português, restringindo a sua influência à população portuguesa [...]’¹⁰

Mas ilusoriamente este objectivo parece a uma rápida análise ter durado pouco tempo. Pelo contrário, se no princípio era publicada uma página em chinês, nos finais de 1893 a página deu lugar a um suplemento e este, por sua vez, originou um novo jornal, exclusivamente publicado em chinês com o título *Ching-Hai Ts’ung-Pao*. Neste pontificou como principal redactor o Dr. Sun Yat-sen, o fundador da República da China, que ao tempo vivia exilado em Macau. É claro que o Dr. Sun se serviu deste jornal como órgão de propaganda das

suas ideias revolucionárias com vista à modernização política e social da China, então governada pela Dinastia Qing. Anote-se que alguns desses artigos foram traduzidos para português e publicados de forma reduzida nas páginas do *Echo Macaense*, fazendo assim ecoar na comunidade portuguesa de Macau as vozes discordantes do poder reinante na sociedade chinesa que progressiva e larvarmente se desenvolviam tanto internamente como também no exterior entre as comunidades chinesas ultramarinas. Se considerarmos que o *Ching-Hai Ts’ung-Pao* não era mais do que uma extensão autónoma do *Echo Macaense* então podemos concluir que o objectivo do bilinguismo não foi totalmente descartado.

O segundo objectivo era a aproximação das duas principais comunidades de Macau, a chinesa e a portuguesa, com vista a promover o bem-estar de todos. A propósito disto, ainda sob o mesmo título, entre outras coisas escreveu-se o seguinte:

A população portuguesa actualmente é pequena em número e fraca em recursos; conta apenas com um elemento de força — o governo — elemento de grande alcance é verdade, como auxiliar e directriz, porém de poucos efeitos como factor principal.

*Mas a população chinesa é grande em número, abunda em recursos, é fértil em empreendimentos, inextinguível em actividade, e saturada do amor do ganho; qualidades que constituem motores poderosíssimos para a prosperidade de um país [...] Daqui a necessidade que há de se estabelecer um meio de comunicação, um traço de união que ligue as duas comunidades tão diversas nos seus característicos, mas que convém se aproximem intelectualmente e se identifiquem nos seus interesses e num fim único — a prosperidade de Macau.*¹¹

ESTUDOS DA IMPRENSA PERIÓDICA

Continua, em síntese, afirmando que nem todos os chineses, mesmo os empreendedores, se relacionam com o governo de Macau, mas apenas os exploradores dos monopólios governamentais. E acrescenta:

*Para que os chinas entregues ao comércio em geral, à indústria e à navegação possam estar em contacto com o governo e com a população portuguesa, é indispensável o auxílio de um órgão de imprensa, o qual é indispensável que dê a conhecer aos portugueses a opinião do público chinês e as suas necessidades, faça também conhecer aos chinas os intuitos do nosso governo e da gente portuguesa que não desejem outra coisa que não seja o bem estar geral de todos os habitantes de Macau, chinas e não chinas.*¹²

E, mais adiante acentua tratar-se de:

*uma necessidade impreterível para o bem de ambas as comunidades que constituem a população de Macau, propusemo-nos a desempenhar esta parte da missão da imprensa nesta cidade, a qual na sua existência trissecular vê pela primeira vez fazer-se uma tentativa de aproximação das duas secções de habitantes que vivem juntas no mesmo solo, mas distanciadas uma da outra nas suas ideias e sentimentos.*¹³

Um terceiro objectivo era a defesa permanente da verdade, da justiça e dos interesses legítimos de Macau e dos macaenses, entendidos estes como todos os residentes permanentes. Este objectivo é claramente apontado em vários números, nomeadamente no publicado em 18 de Julho de 1884, na altura do primeiro aniversário da publicação, em que se escreveu que o jornal deve zelar sempre pelo:

*fiel cumprimento das leis, que é a mais segura garantia dos direitos populares; que exponha com desassombro as aspirações, as ideias e os sentimentos, dos que teem de aqui permanecer toda a vida, e por isso não se deixam facilmente arrastar por quaisquer vantagens efémeras e fugitivas que prejudiquem o futuro da colónia; que sirva senão de dique ao menos de protesto contra qualquer denegação de justiça, contra medidas nocivas ao país e principalmente contra tudo o que possa cavar a ruína do comércio e da indústria que dão vida a esta cidade; que enfim defenda com prudência e circunspecção todos os interesses legítimos de Macau e dos Macaenses.*¹⁴

Um quarto objectivo era a divulgação de conhecimentos práticos, bons princípios e ideias ou, na clara expressão do redactor do referido editorial: ‘este jornal terá também por fim propagar conhecimentos úteis, derramar princípios sãos e ideias salutaras, em suma concorrer quanto em si couber para o bem dos nossos compatriotas.’¹⁵

IDEOLOGIAS E RELAÇÕES COM O PODER

Relativamente às ideologias políticas o *Echo* era afecto às ideias liberais do Partido Regenerador, no que se relaciona com Portugal e às ideias do Dr. Sun Yat-sen, no que se refere à China. Em ambos os casos a ideologia pode ser sintetizada na trilogia constitucionalismo, liberalismo e progresso. O constitucionalismo implicava que todos os poderes estaduais estavam limitados por uma ‘lei suprema’ a que todos, governantes e governados estavam sujeitos.

O liberalismo implicava liberdade de acção e de pensamento. Consagrava-se a ideia de Estado mínimo, bem patente no seguinte texto:

Segundo a teoria moderna, deve o Estado permanecer impassível perante a crise de

*qualquer natureza. Mais de uma vez temos aventado esta ideia neste jornal. Só em Portugal, devido à nossa extrema decadência é que se invoca a intervenção do governo para tudo [...] a missão do Estado está bem definida perante a razão e os bons princípios. Quer em circunstâncias normais, quer anormais ele [o Estado] deve limitar-se a manter a ordem, a segurança, o respeito de propriedade e a liberdade das transacções.*¹⁶

E o progresso exigia modernização, que no caso da China era também ocidentalização. Noutra perspectiva não podemos deixar de referenciar como influentes as filosofias e religiões confuciana e budista por um lado e cristã por outro que, conscientemente ou não, influenciaram alguns dos conteúdos do semanário.

Quando se iniciou a publicação do *Echo*, em 1893, era Governador Custódio Miguel de Borja,¹⁷ então ausente em missão diplomática no Japão, de onde regressou a Macau em 5 de Dezembro, mantendo-se no cargo apenas até 4 de Fevereiro do ano seguinte. O *Echo* estava muito em sintonia com este Governador, considerando-o ‘popular e bemquisto’.¹⁸

No jornal de 12 de Dezembro de 1893 noticiava-se a nomeação do novo Governador da Província de Macau, Solor e Timor, o Comandante José Maria de Sousa Horta e Costa, regozijando-se o *Echo* por se tratar de uma personalidade com conhecimento directo dos problemas de Macau e grande dedicação à causa pública. Na verdade Horta e Costa já tinha anteriormente exercido o cargo de Director das Obras Públicas de Macau e tinha desempenhado nas Cortes, em Lisboa, o cargo de deputado pelo Círculo de Macau, em várias legislaturas.

O *Echo* revelou-se sempre um indefectível apoiante deste Governador, publicando notícias relativas à pavimentação de ruas, saneamento, e

expropriação de terrenos para futura construção de bairros, como a Mitra e o Volong. Na primeira página da edição de 14 de Fevereiro de 1897, evidencia-se o que parece ser, mas não é uma certa postura crítica à administração financeira de Horta e Costa, escrevendo que ele ‘nega-se a despende dinheiro em benefício dos habitantes desta cidade e manda-o todo para Timor, para aí gastar em guerras inúteis e em mil caprichos do governador.’¹⁹ Horta e Costa terminou, a seu pedido, o mandato como Governador em 12 de Março de 1897. E uma das razões deste pedido consistia exactamente em não concordar com o envio de muito dinheiro de Macau para Timor sem qualquer controlo do seu dispêndio e, no plano prático de certo modo, poder considerar-se que o Governador de Macau era subalterno do Governador de Timor, Celestino da Silva.

A nomeação do novo Governador Eduardo Augusto Rodrigues Galhardo é anunciada no *Echo* de 11 de Abril de 1987 onde se refere que também tinha sido designado o padre Manuel José de Carvalho como novo Bispo de Macau e o Dr. Ovídio Alpoim como Juiz da Comarca Macaense. Tratava-se efectivamente de uma renovada equipa governativa que também veio a incluir Artur Tamagnini Barbosa, que assim retornava a Macau, mas agora Inspector das Finanças da Administração e não ao serviço da Administração militar, como estivera anteriormente.

O *Echo* vai tornar-se sistematicamente crítico desta nova equipa governativa muitas vezes esgrimindo argumentos em contenda com os jornais *O Independente* e *O Lusitano*. Sublinhe-se que anteriormente, no consulado do Governador Horta e Costa, estes dois jornais de Macau estavam alinhados no apoio ao Governador. Por isso na página 2 do *Echo* de 26 de Setembro de 1897 escrevia-se que: ‘nada mais belo que o coro da imprensa quando ele canta uníssona os versículos do dever, e nada mais imponente que esse pregão do maravilhoso invento

ESTUDOS DA IMPRENSA PERIÓDICA

de Gutemberg quando fulmina a inépcia dos nossos sátrapas [...]²⁰

O Governador Galhardo exerceu o cargo de governador de Macau desde 12 de Maio de 1897 até 23 de Março de 1900. Cumulativamente este Governador foi nomeado Ministro Plenipotenciário de Portugal na China, Japão e Sião.

A atitude persecutória deste Governador ao *Echo* é notória, principalmente a partir de 1899. No número de 23 de Abril foi publicada a notícia de o Governador pretender extinguir dois lugares de professor, um na Escola Central e outro na Escola Príncipe Carlos, mas ambos providos por Artur da Silva Basto, filho de António Joaquim Basto, redactor principal do *Echo Macaense*.

No número de 11 de Junho, com o título ‘Bota-Fora’ é tornada pública a notícia da partida para Lisboa de Alfredo Pinto Lello e sua mulher Áurea Basto Lello, sendo esta filha do referido António Joaquim Basto. Alfredo Pinto Lello foi intimado a sair de Macau no prazo máximo de dez dias e por isso o casal teve de aí deixar os seus filhos, sendo que o mais novo era um recém-nascido.

No número de 30 de Julho é publicada a notícia de regresso a Lisboa do médico da Marinha António José Gonçalves Pereira, a sua esposa e filhos. A esposa, Edith Nolasco, era filha de Pedro Nolasco da Silva, com fortes ligações ao *Echo Macaense*.

O *Echo* também critica o centralismo do governo de Lisboa. Sobre isso, nomeadamente em artigo publicado na página 2 da edição de 21 de Maio de 1899, escreveu-se o seguinte: ‘Esta excessiva tutela mata nos tutelados toda a iniciativa, atrofia-lhes toda a sua actividade, e produz a ruína própria, sem evitar a ruína do tutor.’²¹ E noutros números (nomeadamente de 20 de Junho de 1897) do mesmo hebdomadário defendia-se a adopção do modelo britânico de governação com auto-governo e ainda, a transferência para o Leal Senado das receitas que por lei lhe deviam ser entregues. E sustentava-

-se que deviam ser completamente independentes os governos de Macau e de Timor.

DIRECÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO

Durante quase todo o período em que o *Echo* foi publicado o seu director e editor foi Francisco H. Fernandes. Excepcionou-se apenas um interregno devido ao facto de ele não estar registado como cidadão eleitor e legalmente ser exigido esse requisito para o desempenho dessas funções. Foi por isso que na primeira página do *Echo* de 26 de Abril de 1896 se escreveu o seguinte:

*Em consequência da nova lei de imprensa, recentemente posta em vigor nesta cidade, que não por outro motivo, deixou de ser editor deste semanário o nosso amigo e companheiro nas lides jornalísticas sr. Francisco Hermenegildo Fernandes, tendo-se habilitado, como editor o nosso prezado colega e redactor principal, sr. Pedro Nolasco da Silva, d’entre nós o único que para tal fim reúne as condições exigidas pela mesma lei.*²²

E no penúltimo parágrafo dessa nota com o título ‘Aos Nossos Leitores’ ainda se informa que: ‘O *Echo Macaense* é hoje dirigido e administrado pelo nosso particular amigo e colega, sr. Constâncio J. da Silva, em cuja casa — Rua de S. Paulo, n. 35 — está a redacção, administração e tipografia.’²³ E por isso, o cabeçalho passou a inserir os nomes de Pedro Nolasco da Silva, como editor e redactor principal, e o de Constâncio J. da Silva como director e administrador.

POLÉMICAS E POLEMISTAS

Durante a sua vida o *Echo Macaense* foi pelos seus redactores envolvido em várias polémicas, classificadas de estéreis pelo Padre Manuel Teixeira. Estas discussões aconteceram sobretudo na área

PERIODICAL STUDIES

política, não sendo por acaso que o subtítulo do jornal, colocado no cabeçalho de cada número editado começou por ser ‘Semanário Luso-Chinês’, passando logo no segundo ano a ser ‘Jornal Político, Literário e Noticioso’, sublinhando-se assim a manifesta inclinação pela área política.

O *Echo* teve grandes polémicas, com os jornais macaenses em língua portuguesa que então eram os seguintes: *O Lusitano*, *A Voz do Crente*, *O Oriente Portuguez* e *O Independente*.²⁴

Sobre *O Lusitano* escreveu o Padre Manuel Teixeira que:

O 1.º número deste semanário independente apareceu em 28 de Agosto de 1898, tendo a sua redacção na Calçada do Gamboa. Cessou a sua publicação em Dezembro de 1899. Era órgão do Conselheiro Artur Tamagnini de Abreu da Mota Barbosa, sendo colaboradores principais João Albino Ribeiro Cabral, Horácio Poiares e João Pereira Vasco.

*Era seu editor Elíseo Fernando das Neves Tavares, o qual seguiu para a Metrópole em em Julho de 1899, a fim de fazer exame de farmacêutico.*²⁵

O Lusitano foi fundado por alguns ex-redactores do então finado *O Independente*, com o objectivo de se opôr ao *Echo Macaense*, tendo chegado a referir que este último sustentava ideias republicanas em oposição à monarquia constitucional vigente em Portugal e à monarquia absoluta que imperava na China. O *Echo*, em artigo publicado na edição de 4 de Setembro de 1898, escrevia que o novo jornal ‘será um paladino oficioso dos poderes públicos e para deitar poeira nos olhos [...] e incapaz de reprovar qualquer arbitrariedade que, porventura, dimanar do governo provincial, será excepcionalmente audaz nas agressões ao leal senado [...]’.²⁶



Fig. 3: Jornal *O Lusitano*. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), cota do exemplar digitalizado: j-1702-21-v.

A Voz do Crente era um semanário católico, publicado em Macau a partir de 1 de Janeiro de 1887 e de acordo com o Padre Manuel Teixeira, ‘a partir de 1899 em diante o jornal quase se limitava às notícias locais, enchendo as suas páginas com longos excertos de encíclicas papais, cartas pastorais e livros morais, perdendo assim todo o interesse.’²⁷ A polémica instalou-se porque os dois jornais defendiam diferentes ideias políticas e religiosas e apoiavam personalidades opostas. O *Echo Macaense* apoiava o Governador Horta e Costa, com ligações ao Partido Regenerador, e também o Senado de Macau. Pelo seu lado *A Voz do Crente* concedia o seu apoio ao Bispo Joaquim António Medeiros, com ligação ao Partido Progressista. E também apoiava Artur Tamagnini Barbosa, então provedor da Santa Casa da Misericórdia de Macau, bem como os Cónegos Ilídio e Narciso, respectivamente tesoureiro e mesário da mesma instituição. Com fundamento em irregularidades financeiras, Horta Costa ordenou uma sindicância à Santa Casa da Misericórdia que culminou com a dissolução da mesa da Santa Casa. A partir daí Artur Tamagnini Barbosa aproveitou as páginas de *A Voz do Crente* para se defender e, simultaneamente, atacar as posições sustentadas pelo *Echo Macaense*, numa vindicta tão acrimoniosa que conduziu ao seu afastamento de Macau e regresso Lisboa, o que muito agradou aos redactores do *Echo Macaense*.

ESTUDOS DA IMPRENSA PERIÓDICA



Fig. 4: Semanario Catholico *A Voz do Crente*. Fonte: BNP, cota do exemplar digitalizado: 364522.



Fig. 5: Jornal Politico *O Independente*. Fonte: BNP, cota do exemplar digitalizado: j-3601-p_2.



Fig. 6: Semanario *O Oriente Portuguez*. Fonte: BNP, cota do exemplar digitalizado: j-1694-6-v.

A polémica foi tão violenta e perturbadora que obrigou o Governador a intervir com a medida excepcional de suspensão dos dois jornais durante o período de trinta dias, para acalmar os ânimos e por fim às polémicas.

O *Echo Macaense* manteve sempre uma posição crítica ao Governador Rodrigues Galhardo e aos principais elementos do seu governo. Era então ostensivamente um jornal da oposição.

O *Independente* tinha como redactores principais o inspector da Fazenda Artur Tamagnini Barbosa e Horácio da Silva Poiares, tesoureiro da Fazenda e professor do Seminário de São José e do Liceu de Macau. O *Independente* teve o seu primeiro número publicado em Agosto de 1868, tendo uma vida editorial com múltiplas interrupções. Relativamente a esta questão o Padre Manuel Teixeira escreveu o seguinte: ‘Suspendo várias vezes, este jornal, fundado em 1868 por José da Silva, manteve-se pelo menos até 24 de Julho de 1898.’²⁸ E ainda acrescenta o mesmo autor que: ‘o seu redactor José da Silva foi várias vezes espancado, multado e preso por artigos publicados no seu jornal, que frequentemente criticava actos da administração pública e inseria diatribes contra pessoas particulares e contra os Jesuítas [...]’²⁹

O *Oriente Portuguez*, segundo o Padre Manuel Teixeira, ‘apareceu a 20 de Abril de 1892 durando até ao fim de 1893 ou princípios de 1894’.³⁰

PRINCIPAIS CONTEÚDOS

O *Echo Macaense* organiza-se em secções, tanto para artigos de fundo, estudos, como para notícias. Vamos referir algumas dessas secções e quais os seus principais conteúdos.

A secção ‘LOCAL’ incluía temas de interesse imediato para a vida em Macau, como meteorologia, calendário escolar, chegadas e partidas de personalidades importantes, como o Governador, o Bispo e o Comandante Militar, nascimentos, casamentos, baptizados, necrologia e nomeações para cargos importantes. Também neste espaço foi noticiada a criação do Liceu e da Biblioteca Pública, a definição das fronteiras de Macau, e convites para festas de aniversário, casamentos, baptizados e inauguração de obras públicas.

Na ‘A SECÇÃO CHINEZA’, inicialmente em chinês, e depois em português após o começo da edição autónoma do *Ching-Hai Ts’ung-Pao*, este

PERIODICAL STUDIES

integralmente em língua chinesa, publicavam-se excertos de artigos ou sínteses de escritos do Dr. Sun Yat-sen. Era a fórmula encontrada para levar ao mundo de língua portuguesa o pensamento revolucionário do que viria a ser reconhecido como o fundador da República na China.

A secção 'ECHOS DA METROPOLE', a partir de 23 de Fevereiro de 1896 alterada para 'Portugal e Colónias', publicava principalmente notícias de natureza política como os debates parlamentares sobre o Orçamento nas Cortes em Lisboa, a nomeação e exoneração de governadores coloniais, as crises políticas.

A secção 'POR AHI ALEM' deu lugar, a partir de 23 de Fevereiro de 1896, à secção 'PELO EXTRANGEIRO'. Continha as mais relevantes notícias mundiais, sobretudo as atinentes à França e Inglaterra na Europa, à China, Hong Kong, Japão e Sião (actual Tailândia), na Ásia e aos Estados Unidos, na América

Na secção 'COMMUNICADO(S)' incluíam-se cartas, agradecimentos e avisos.

A 'SECÇÃO AMENA' e 'Passatempos' incluía anedotas, adivinhas, e por vezes assuntos culturais como poemas.

A secção 'RELIGIÃO E MORAL' geralmente continha notícias de festas e cerimónias religiosas, calendários litúrgicos ou festivos, mensagens eclesiais e textos de edificação moral ou de apologia religiosa.

Na secção 'ANNUNCIO(S)' fazia-se publicidade variada, por exemplo a acontecimentos públicos e sociais, espectáculos, oferta de serviços variados, como por exemplo barbeiros, lições de piano, lições de inglês, e viagens, como por exemplo os horários das ligações marítimas entre Macau e Hong Kong ou Macau e Cantão. Além das secções mais constantes como as atrás referidas também havia outras que só esporadicamente apareciam, como era o caso de 'Por Vezes' e 'Notas Soltas'.

O *Echo* também publicou artigos de opinião, geralmente críticos e relativos a problemas da população de Macau, dando assim voz aos directos interessados na solução dos problemas reportados.

Relativamente às notícias sobre Timor devemos qualificá-las como muito importantes porque além da ligação histórica dos dois territórios, nomeadamente no passado comércio do sândalo e no envio de condenados em Macau para prisões em Timor, acrescia o facto de os dois territórios integrarem uma só Província Ultramarina durante curtos períodos do século XIX e as finanças de Macau terem sido obrigadas a suportar muitas despesas de Timor. Por outro lado, nas colunas deste jornal referem-se factos relativos às guerras de Timor que o semanário considerava inúteis,³¹ afirmando-se em vários números que Celestino da Silva, governador do distrito de Timor enviava para Lisboa notícias falsas sobre o desenrolar da guerra e que, relativamente às finanças públicas locais o Governo de Timor era um verdadeiro desastre para Macau. Mas quando alguma imprensa de Lisboa ventila a hipótese de venda das colónias da Guiné e de Timor, o *Echo Macaense* insurge-se contra tal ideia e aponta como solução a nomeação de governadores sensatos que promovessem o desenvolvimento agrícola e se deixassem de guerras, sugerindo ainda o envio de um exército e a entrega da missionação 'a uma ordem religiosa, cujos missionários irão lá viver por toda a vida dedicando-se de corpo e alma a evangelizar e civilizar aqueles povos'.³² E também se manifesta contra o sistema eleitoral para as Cortes, uma vez que existia apenas um lugar de deputado para Macau e Timor e Macau tinha apenas 200 eleitores registados enquanto Timor tinha 1500 eleitores.³³

No âmbito da cultura O *Echo Macaense* incluía uma rubrica denominada *Folhetim*, onde publicou, nos números editados entre 1893 e 1896, 'Esboço

ESTUDOS DA IMPRENSA PERIÓDICA

Histórico dos Estabelecimentos Portuguezes na China', da autoria de Sir Andrew Ljungstedt e, em 19 de Dezembro de 1897 iniciou a publicação da tradução de *Historical Landmarks of Macao*, de J. C. Thompson, sob o título de 'Notas Históricas sobre Macau'.

A título de amostra, o Padre Teixeira, nas páginas 55 e 56 da obra citada, assinala as seguintes importantes publicações: (1) Artigos sobre a Santa Casa da Misericórdia de Macau, em 1895; (2) Três artigos sobre 'A Ilha da Lapa e os Portugueses', em 1896; (3) A População de Macau em 1897; (4) Transcrição dos capítulos referentes a Macau e Timor da obra *Mitras Lusitanas no Oriente* do Padre Casimiro Cristóvão de Nazaré, em 1897; (5) 'Cemitério Português em Pequim', uma transcrição da obra *Jornadas pelo Mundo* da autoria do Conde D'Arnos.

Notícias locais de excepcional importância histórica são as referentes ao Dr. Sun Yat-sen, fundador e primeiro presidente da República da China, que viveu em Macau um pequeno período da sua vida para exercer a sua profissão de médico e divulgar as suas ideias políticas. Acresce antes e depois dessa estadia ele esteve de passagem em Macau em situações diversas como fugitivo a perseguições ou para visitar amigos.

NOTÍCIAS E ARTIGOS SOBRE TIMOR

Não só pela episódica agregação político-administrativa, mas sobretudo pelos laços políticos e económicos e pela relativa proximidade geográfica estas duas colónias portuguesas mantinham entre si um especial relacionamento de forma que as constantes notícias e artigos sobre os assuntos de Timor surgem no *Echo* com naturalidade.

Por exemplo, no número 9 de 12 de Setembro, logo na primeira página, sob o título 'Timor', foi escrito o seguinte:

*Os últimos acontecimentos de Timor, que se consideram ainda bem frescos na memória de toda a gente, e perante os quais o governo do distrito se viu a braços com não pequenas dificuldades, mais uma vez acabam de por em relevo a imperiosa necessidade que há de os poderes públicos prestarem mais atenção ao misérrimo estado de abandono em que aquela possessão se encontra.*³⁴

E, após serem elencados os principais pontos a que o governo deve atender, na segunda parte do editorial, à laia de proposta refere-se que:

*De todos os melhoramentos que acabamos de indicar, a organização da força armada é sem dúvida o mais urgente para sustentarmos em Timor o prestígio da autoridade; e é para este ponto que chamamos a especial atenção dos poderes públicos a cuja apreciação submetemos o seguinte alvitre: Criar uma força armada [...].*³⁵

Exemplos de notícias referentes a Portugal temos logo no primeiro número sob a epígrafe 'ECHOS DA METROPOLE' uma em que é feito o reporte 'do que se passou na câmara dos deputados, em sessão de 7 de Junho de 1893, relativamente à questão Burnay'.³⁶ Também se publicavam saudações e felicitações ao rei e rainha de Portugal (ver a título de exemplo o *Echo* de 2 de Outubro de 1895). Como já atrás se referiu o título desta secção foi a 23 de Fevereiro de 1896, alterado para 'Portugal e Colónias'.

Mas também em artigos, e neste caso de primeira página, que se afirma ser transcrição do comunicado de um leitor escreve-se o seguinte:

A metropole não tem ideia clara do fim para que conserva a cidade de Macau, e não

PERIODICAL STUDIES

pensa em aumentar-lhe a sua prosperidade e comércio. Só se interessa pelas finanças da colónia, receando que ela algum dia se torne onerosa à metrópole. Não estuda os meios de fazer a felicidade dos habitantes da colónia e aprova cegamente tudo quanto tenda a sugar o sangue do povo.

*Tudo quanto traga aumento de impostos, tem logo a aprovação de Lisboa. Segue por isso a metrópole uma política suicida, pois que agravando continuamente os tributos, vai cavando a ruína de Macau, que fatalmente virá a decair, acompanhando a decadência do seu comércio e da sua indústria.*³⁷

Por vezes o *Echo* também transcreveu textos de diplomas legais publicados no *Boletim Oficial* (BO) e actas do Leal Senado, para promover uma maior divulgação desses documentos oficiais. Igualmente transcreveu do BO a lista protocolar de precedências em cerimónias oficiais.³⁸

Em certas ocasiões o *Echo Macaense* propõe ou apoia certas iniciativas, como foi a de, por ocasião do quarto centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia apresentar a proposta de construção de um monumento duradouro que ateste o nosso sentimento patriótico, que signifique o pagamento de uma dívida de gratidão e reconhecimento que ateste aos vindouros o alto apreço que fazemos da devoção cívica e do valor militar.³⁹

O *Echo Macaense* dá grande relevância a eventos públicos, associativos e mesmo particulares de entidades públicas associações culturais e sociais de Macau, amiúde noticiando as suas actividades. Estão nesse caso o Governador, Grémio Militar, hoje Clube Militar, e o Clube União. E para a elite da comunidade chinesa o Clube Y-ON.

As festas de carnaval tinham grande importância para os portugueses de Macau, sendo celebrado em edifícios públicos, associativos, como o Teatro D. Pedro V inaugurado em 1858, e mesmo em casas particulares e por isso a imprensa local reflectia esse acontecimento anual. O *Echo* não fugia à regra, tendo, em 27 de Fevereiro de 1898, publicado um artigo sobre o baile de máscaras ocorrido no palácio do Governo. E também se insurgiam contra alguns comportamentos irritantes de certos festivaleiros, como enfarinhar os transeuntes ou tornar insuportável o ambiente com o barulho dos mascarados.⁴⁰

Também as festas em alguns recintos públicos eram, por vezes, atractivos para os macaenses, salientando-se o Jardim de São Francisco, pela sua centralidade e por nele se exibirem em certas noites algumas bandas musicais, como a Banda do Regimento de Macau.⁴¹

De entre vários artigos na área cultural citam-se os seguintes: Artigo de Júlio Castilho intitulado ‘A música’,⁴² um poema enviado de Hong Kong, com o título ‘Vinte de Maio 1498’, composto por nove oitavas, cuja primeira é a seguinte:

*Do seio da Mãe Pátria Lusitana/Parte hoje um
brado nobre e eloquente/Cujo eco faz tremer
a terra indiana/Recordando do Gama o vulto
ingente/Acorda a Europa a pluga africana/
Todo o ocidente e aqui o extremo oriente/
Chamando o mundo inteiro p’ra gloriar/O
maior nauta que singrou o mar.*

Na secção ‘Chinesa’, em língua portuguesa, foram publicadas sínteses de artigos ou perícopes de escritos da autoria do Dr. Sun Yat-sen no *Ching-Hai Ts’ung-Pao*.

Notícias do mundo, na secção ‘POR AHI ALEM’, mais tarde baptizada de ‘PELO EXTRANGEIRO’, eram dadas notícias sobre a

ESTUDOS DA IMPRENSA PERIÓDICA

Guerra entre a China e o Japão; Instalação de potências estrangeiras na China; Rebelião nas Filipinas; peste bubónica no Extremo Oriente.

Em RELIGIÃO E MORAL publicavam-se pequenos textos relacionados com factos religiosos e padrões comportamentais.

‘SECÇÃO AMENA’ e ‘Passatempos’ publicava historietas, anedotas e outros textos para entretenimento dos leitores. E de quando em vez eram publicados textos sob as epígrafes ‘Notas Soltas’ e ‘Conhecimentos Úteis’.

Na secção de ‘COMMUNICADO(S)’ eram publicadas cartas, agradecimentos e outros textos que relacionavam o hebdomadário com os seus leitores. Também se fazia publicidade geralmente na secção ‘ANNUNCIO(S)’, a que recorriam tanto os serviços públicos como entidades particulares. Entre os anunciantes encontramos a ‘Empresa Económica’ (Tecidos para senhoras e homens), o ‘Hotel Hingkee’ (Tecidos para homens), ‘Pedro A. Sequeira’ (Afinação de pianos).

ARTIGOS DE FUNDO E DE OPINIÃO

Em 1896, no dia 13 de Fevereiro, ocorreu o recenseamento da população de Macau, Taipa e Coloane dando lugar a que, durante esse ano e mesmo no seguinte, tenham sido publicados muitos artigos sobre esse tema, nomeadamente estudos, transcrições de partes do relatório da comissão recenseadora, artigos de opinião, tabelas e gráficos. De acordo com um quadro extraído do referido relatório e publicado na página 2 do *Echo Macaense* de 7 de Março de 1897, o total da população de Macau, Taipa e Coloane era 78.627 pessoas.⁴³ Os temas do declínio económico de Macau e do decréscimo da população portuguesa em Macau, das suas causas e dos modos de enfrentar esses problemas são equacionados em inúmeros artigos. De um deles, publicado na página 2 da edição de 21 de Março de 1897 transcrevemos o

seguinte: ‘Foi depois de 1842, quando a China, em virtude do Tratado de Nanking, abriu ao comércio estrangeiro os portos chineses de Cantão, Amoy, Fucheu, Nimpó e Xangai, que os portugueses de Macau irradiaram para esses portos e aí se estabeleceram, constituindo famílias.’⁴⁴ E no mesmo local se publica um quadro com o número de portugueses de Macau em nove dos principais portos do Extremo Oriente, demonstrando-se que, em 1886, o número de portugueses era 1.309 em Hong Kong, 738 em Xangai, 88 em Yokohama, 71 em Bangkok, 71 em Singapura, 68 em Cantão, 13 em Fucheu, 10 em Nagasaki e 3 em Soerabia.

Em vários artigos chama-se a atenção para a necessidade de ser indispensável o fomento do comércio marítimo, com navios modernos e o desassoreamento do porto de Macau, prosseguindo-se com as obras projectadas pelo Engenheiro Adolfo Loureiro.

São diversos os artigos sobre a vida económica de Macau em que se revela oposição aos monopólios estabelecidos pelo governo e concessionados a chineses, nomeadamente no que se refere ao peixe, ao sal, ao petróleo e à pólvora e que funcionavam com lucro para a Fazenda Pública e grande prejuízo para os macaenses. Mas aceitavam que em relação a outras actividades como o jogo e o ópio fosse defensável a existência de monopólios.

O *Echo Macaense* regista que o comércio estava nas mãos de chineses e de ‘meia dúzia de mouros’⁴⁵ e sugere que os macaenses se organizem em cooperativas, tanto de produção como de distribuição de géneros alimentícios e criem também associações de socorros mútuos. Sugerem e dão notícia de certos eventos para recolha de fundos com intenções caritativas para apoio da pobreza. Alguns desses eventos foram depois reportados com grande elogio dos filantropos.

NOTA CONCLUSIVA

Os jornais constituem fontes históricas indeclináveis para a escrita da história do tempo e espaço em que foram editados ou a que se reportam nos seus conteúdos. Mas os textos publicados devem sempre ser sujeitos a análise crítica, uma vez que a sua isenção muitas vezes pode ser afectada pelas ideologias e/ou interesses dos redactores ou das classes sociais a cujo serviço se encontram. E o *Echo Macaense* não foi imune a essa regra, pois representava então um dos sectores sociais mais progressistas das elites da sociedade macaense. Mas doutrinas reformistas e liberais que o semanário sustenta são bem estruturadas e fundamentadas nos textos em que elas são tratadas ou noticiadas.

As iniciativas da criação de jornais em Macau ficaram marcadas por um certo voluntarismo individual ou grupal e o seu fim foi determinado por insuficiências financeiras ou por pressão política. No caso do *Echo* o seu encerramento deve-se fundamentalmente à perseguição dos poderes

instituídos a que não é alheia a parcialidade dos órgãos judiciais que por natureza devem ser independentes e imparciais.

O *Echo Macaense* era um jornal sobretudo das elites macaenses, ou melhor apenas de uma parte destas, o que é evidente no reporte de acontecimentos sociais e de festas particulares. E, além disso, era um importante elo de ligação entre os macaenses vivendo na sua cidade natal e aqueles que integravam a sua diáspora dispersa por todos os continentes.

Consideramos que entre os melhores registos documentais deste semanário devem considerar-se os atinentes aos dados sobre a demografia macaense, publicados em 1897 a propósito do recenseamento da população de Macau.

Por fim assinala-se como muito relevante a publicação de algumas importantes biografias, como por exemplo a de Vicente Nicolau Mesquita, transcrição de obras relativas à história dos portugueses no oriente como o ‘Cemitério Português de Pequim’. **RC**

NOTAS

- 1 Padre Manuel Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa no Extremo Oriente* (Macau: Instituto Cultural de Macau, 1999), 56.
- 2 Sun Yat-sen esteve pela primeira vez em Macau em 1879. Tinha então doze anos e estava a caminho de Honolulu, Hawai, para ir ter com o seu irmão Sun Teh Chang, que aí se havia estabelecido como comerciante. Terá sido Lou Kau, também conhecido por Chenk-Ji, pai de Lou Lim Iok, quem motivou a vinda para Macau do Dr. Sun, devido à doença da sua esposa. E Lou Lim Iok e o seu irmão Lou I Iok também apoiaram o Dr. Sun em Macau, que ainda teve um grande esteio em Yang Heling, o seu colega de curso, indefectível amigo e companheiro na sua caminhada política. O patriarca da família Lou foi um dos primeiros e grandes empresários na indústria dos jogos em casino na cidade de Macau; Kai Cheong Fok e Xiean Huang, *Commemorating Francisco Hermenegildo Fernandes: Dr. Sun Yat-Sen's Revolutionary Conrade from Macau* (Macau: Instituto Internacional de Macau, 2013), 4–14.
- 3 O Partido Regenerador era um partido político português que, nessa época, juntamente com o Partido Progressista detinham alternadamente o poder em Portugal, sendo por isso esse período histórico chamado Rotativismo. A sua ideologia era um liberalismo político que tentava conciliar progresso, ordem e tradição. Um dos seus principais expoentes políticos foi António Maria de Fontes Pereira de Melo.
- 4 Esse apoio traduzir-se-ia na cedência de uma casa para habitação e em apoio monetário para que Sun Yat-sen pudesse instalar a sua farmácia e exercer medicina privada, nomeadamente no Hospital Kiang Wu.
- 5 A acusação do Ministério Público contra o *Echo Macaense* fundava-se numa notícia acusando a Administração de Macau de ter cometido ilegalidades várias e abusos de poder, nomeadamente na emissão de passaportes falsos para emigrantes chineses.

ESTUDOS DA IMPRENSA PERIÓDICA

- 6 Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa* no, 53–54.
- 7 Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa* no, 37.
- 8 A grafia de todas as citações de textos extraídos do *Echo Macaense* será, sempre que possível, actualizada.
- 9 Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Portugal. *Echo Macaense*: Semanario Luso-Chinez / propr. e resp. Francisco H. Fernandes. — A. 1, nº 1 (18 jul. 1893) — a. 5, nº 97 (22 maio 1898). — Macau: Francisco H. Fernandes, 1893–1898. — 48 cm. <https://purl.pt/33024>.
- 10 *Echo Macaense*, 18 de Julho de 1893, 1.
- 11 *Echo Macaense*, 18 de Julho de 1893, 1.
- 12 *Echo Macaense*, 18 de Julho de 1893, 1.
- 13 *Echo Macaense*, 18 de Julho de 1893, 1.
- 14 *Echo Macaense*, 18 de Julho de 1894.
- 15 *Echo Macaense*, 18 de Julho de 1894.
- 16 *Echo Macaense*, 12 de Junho de 1898, 1.
- 17 Custódio Miguel de Borja, Oficial da Marinha, foi, em 16 de Outubro de 1890, nomeado Governador da Província de Macau, Solor e Timor e, depois cumulativamente Ministro Plenipotenciário de Portugal na China, Japão e Sião (actual Tailândia).
- 18 *Echo Macaense*.
- 19 *Echo Macaense*, 14 de Fevereiro de 1897.
- 20 *Echo Macaense*, 26 de Setembro de 1897.
- 21 *Echo Macaense*, 21 de Maio de 1899.
- 22 *Echo Macaense*, 26 de Abril de 1896.
- 23 *Echo Macaense*, 26 de Abril de 1896.
- 24 Não incluímos neste grupo o *Boletim Oficial* que também então se publicava em Macau. Quanto aos quatro jornais mencionados refere-se o seguinte: ‘O *Independente* começou quinzenário em Agosto de 1868, passando depois a semanário em Maio de 1878. Foi seu proprietário e redactor José da Silva e durante um curto período o seu filho Constâncio José da Silva. Começou por ser apoiante do Governador Horta e Costa e depois muito crítico do governador seguinte, Eduardo Augusto Galhardo e também de outras personalidades, especialmente dos jesuítas. Por isso o jornal foi várias vezes sancionado com multas e suspensões. E o seu redactor foi algumas vezes sujeito a insultos e agressões; O *Oriente* *Portuguez* teve como administrador A. V. da Silva e publicou-se durante cerca de um ano e oito meses, com início em 20 de Abril de 1892; *A Voz do Crente* era um semanário católico publicado de 1 de Janeiro de 1887 até 2 de Novembro de 1895. O fundador foi José Maria da Cruz Simão, tendo tido como editor António Luís Borges Borges e como redactores os padres Narciso e Ilídio, bem como os leigos Horácio Poiães e António Joaquim Basto. Este jornal era impresso na Tipografia do Seminário de São José. O *Lusitano* era um semanário pertencente ao Conselheiro Artur Tamagnini de Abreu da Mota Barbosa e foi apoiante do Governador Eduardo Augusto Rodrigues Galhardo, chegando o *Echo Macaense*, na edição de 12 de Junho de 1898, 1, a escrever que *O Independente* tinha pretensões a órgão semi-oficial. Segundo o Padre Manuel Teixeira a última publicação terá ocorrido em 24 de Julho de 1898.’; Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa*, 42.
- 25 Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa no Extremo Oriente*, 56.
- 26 *Echo Macaense*, 4 de Setembro de 1898.
- 27 Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa*, 51.
- 28 Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa*, 41–42.
- 29 Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa*, 42.
- 30 Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa*, 52.
- 31 *Echo Macaense*, 14 de Fevereiro de 1897, 1.
- 32 *Echo Macaense*, 8 de Agosto de 1897, 1.
- 33 *Echo Macaense*, 24 de Julho e 16 de Outubro de 1895.
- 34 *Echo Macaense*, 9 de 12 de Setembro.
- 35 *Echo Macaense*, 9 de 12 de Setembro.
- 36 *Echo Macaense*, 18 de Julho de 1893, 3.
- 37 *Echo Macaense*, 13 de Outubro de 1893.
- 38 *Echo Macaense*, 26 de Setembro de 1897.
- 39 *Echo Macaense*, 19 de Dezembro de 1897, 1.
- 40 *Echo Macaense*, 21 de Fevereiro de 1896.
- 41 A. H. de Oliveira Marques, *História dos Portugueses no Extremo Oriente vol.3 Macau e Timor. Do Antigo Regime à República* (Lisboa: Fundação Oriente, 2000), 424.
- 42 *Echo Macaense*, 20 de Julho de 1894, 6.
- 43 *Echo Macaense*, 7 de Março de 1897.
- 44 *Echo Macaense*, 21 de Março de 1897.
- 45 *Echo Macaense*, 16 de Janeiro de 1895, 1.

ARQUIVO

Portugal, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal (BNP): *Echo Macaense*: Semanario Luso-Chinez/propr. e resp. Francisco H. Fernandes. — A. 1, nº 1 (18 jul. 1893)

— a. 5, nº 97 (22 maio 1898). — Macau: Francisco H. Fernandes, 1893–1898. — 48 cm. <https://purl.pt/33024>.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, José Augusto dos Santos. *A Opinião Pública em Macau: A Imprensa Macaense na Terceira e Quarta Décadas do Século XIX*. Macau: Fundação Oriente, 2000.
- Bessa, Carlos Gomes. *Macau e a Implantação da República na China: Uma Carta de Sun Yat-Sen para o Governador José Carlos da Maia*. Macau: Fundação Macau, 1999.
- Capela, Nuno Gabriel Teixeira, “O Jornal *Echo Macaense* (1893–1899) — Uma Visão da Educação em Macau no Século XIX.” Dissertação de mestrado, Universidade de São José, 2012.
- Ferreira, Márcia Rosa dos Reis, “Cultura e Sociabilidades em Macau nos Finais de Oitocentos — O *Echo Macaense* (1893–1899).” Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 2006.
- Fok, Kai Cheong, and Xiean Huang. *Commemorating Francisco Hermenegildo Fernandes: Dr. Sun Yat-Sen’s Revolutionary Conrade from Macau*. Macau: Instituto Internacional de Macau, 2013.
- Gomes, Luís Gonzaga, *Bibliografia Macaense*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1987.
- Guedes, João V. B. “A Imprensa em Macau. Arma Fundamental na Acção Revolucionária Chinesa.” *Revista Macau*, n.º 3 (1987): 10–14.
- . “Sun Iat Sen, Macau e a Revolução.” *Revista de Cultura* (Edição Portuguesa), vol. 16 (1991): 63–95.
- Marques, A. H. de Oliveira. *História dos Portugueses no Extremo Oriente vol.3 Macau e Timor. Do Antigo Regime à República*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.
- Neves, João Alves das. *A Imprensa de Macau e as Imprensas de Língua Portuguesa no Oriente*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1991.
- Patrão, Carla. “A Imprensa Portuguesa em Macau — Um Fenómeno de Sobrevivência.” Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, 2004.
- Silva, Beatriz Basto da. *Cronologia da História de Macau, Vol. 3 — Século XIX*. Macau Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1995.
- Silva, Henrique Rola da. *A Imprensa Chinesa de Macau: Envolvimento Histórico*. Lisboa: Gabinete de Comunicação Social, 1991.
- Teixeira, Padre Manuel. *A Imprensa Periódica Portuguesa no Extremo Oriente*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1999.
- . “Primórdios da Imprensa Periódica em Macau.” *Revista de Cultura* (Edição Portuguesa), vol. 11–12 (1990): 47–53.
- . *Vultos Marcantes em Macau*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982.
- Zhang, Lei, Yunhua Sheng, e Kai Cheong Fok. *Macau: Portal e Palco por Onde Sun Yat-Sen Ganhou Acesso ao Mundo*. Macau: Universidade de Macau, 1996.